

Amplificação mediática: inscrições linguísticas do dialogismo na recepção de um tratado político internacional

M. Emília P. Lopes Pereira
Instituto de Letras e Ciências Humanas
Universidade do Minho

Resumo:

O facto de analisar comparativamente os discursos político e de imprensa sobre um mesmo tema serve, antes de mais, para inventariar as interpretações ideologicamente determinadas que estejam no primeiro.

A caracterização sociológica dos dois tipos de texto mencionados opõe-se: enquanto que o político dissimula; a função social declarada da imprensa é a de dilucidar e, mesmo, polemizar os temas.

A análise de notícias e artigos de opinião encontrados na imprensa nacional a propósito do tratado de Nice permite recensear mecanismos linguísticos de inscrição de *dialogismo*, i.e., permite determinar as diferentes camadas enunciativas operantes em enunciados reais, funcional e sociologicamente antes caracterizados.

0. Introdução

Proponho-me encontrar marcas linguísticas dos diferentes *alcances sociais* de textos/discursos. Estes encetam funcionamentos comunicativos diferentes consoante emanem do poder político ou de instâncias jornalísticas que amplificam os anteriores. Tal há-de ser visível em marcas linguísticas precisas.

0.1. Constituição de *corpus* e uso referencial de ‘texto’ e ‘discurso’

Surge para exemplificação um *corpus* constituído por um lado, pelos textos/discursos políticos da última cimeira Europeia e, por outro, pelos seus diferentes relatos e comentários na imprensa.

Tendo embora consciência da diferença conceptual subjacente ao par *texto/discurso*, o primeiro uma entidade configuracional, o segundo uma sua actualização, Ducrot (1984:369), não faço aqui uso dela. Não estando a levantar regularidades à construção textual – postulando uma entidade abstracta *texto* – antes a analisar *discursos* como realizações concretas, limito bem o escopo do trabalho. Este fica-se por exemplificações pontuais de recursos linguísticos já apontados alhures (Brès, 2002, designadamente).

Um adicional motivo instante para o uso referencial das expressões ‘texto’ e ‘discurso’ reside na designação original das minhas fontes que diferenciam veiculação escrita e oral. Assim, reportando-me ao acervo institucional de Nice, designarei por discurso político a intervenção de Nicole Fontaine e por texto o articulado que congrega as resoluções da cimeira. O manancial de artigos e notícias sobre o evento que apareceu na imprensa nacional é constituído por textos. Sigo tais designações referenciais em prejuízo do *constructo* antes enunciado. Estando em vias de fazer uma análise sustentada na imprensa britânica e portuguesa¹, limito-me aqui aos exemplos em Português.

0.2. A Análise Crítica do Discurso e o estudo de discurso político e jornalístico

Em Análise do Discurso e muito particularmente em Análise Crítica do Discurso, a escolha do objecto é, em parte, motivada pela análise que se prevê vir a fazer dele. De momento, a análise decorre do objecto assim configurado apenas na simples caracterização diferenciada dos dois textos/discursos. A caracterização sociológica opõe-nos: enquanto que o político dissimula, a função social declarada da imprensa é a de dilucidar e, mesmo, polemizar os temas. Devo notar que esta é uma crença, ela mesma ideológica:

«Each category of this ideological format functions as the organizing pattern of a number of basic evaluative beliefs. Note though that these beliefs are by definition ideological. Thus, journalists in their professional (activity) ideology, may represent themselves essentially as gathering and bringing the news, for instance. They do this, they would say, in order to inform the public and more generally to serve as a watchdog of society. Obviously, these are ideological goals, because we know that many journalists hardly do this. That is, such a goal is at most a benchmark or a property of an ideal type: how journalists would like to be. The same is true for their (professional) values, such as truth, reliability, fairness, and so on.»
van Dijk, 1998:70

Analiso comparativamente os discursos político e de imprensa sobre um mesmo tema porque tal indicia permitir inventariar as interpretações ideologicamente determinadas que sejam pelos jornalistas encontradas nas palavras dos políticos.

0.3. Diferente alcance social de textos públicos políticos e jornalísticos

Sendo ambos os textos públicos (van Dijk, 1998:162), usualmente os discursos políticos assumem uma linguagem diplomática (leia-se, tendencialmente inócua), que, em contraponto, a imprensa toma para remeter ao seu exacto alcance social.

¹ Dissertação de doutoramento em curso.

Permito-me um exemplo flagrante exterior ao *corpus*, ao nível substantivo, mas proveniente das duas fontes antes mencionadas:

«Perguntas e Respostas:

Qual é o Envolvimento Português nos Balcãs?

Os militares recebem algum subsídio de risco ?

A designação correcta é “suplemento de missão”. Para um soldado ou cabo o vencimento habitual é acrescido de...»

Público, 26 de Janeiro de 2001

Importante é notar que a designação emanada do poder pode ser lida como uma contradição nos seus próprios termos: a ‘missão’, num dos seus sentidos, é abraçada sem outra contrapartida que não a crença na justeza do próprio acto, i.e., não careceria de ‘suplemento’ de incentivo. Concedo muito prontamente que esta é uma leitura e que o termo pode designar apenas ‘destacamento’. Mais relevante é uma análise centrada no *par pergunta/resposta*: de início o jornalista toma por alcance da pergunta o *subsídio de risco* – designação comum, perceptível porque estendida a várias profissões. Tomando a resposta por válida como literalmente reclama, “a designação correcta é”, seria possível fazer dela a pergunta, reformulando-a. Tal não tendo acontecido é possível ver na alternância lexical uma *motivação representacional* e, portanto, *ideológica*, i.e, equacionada ao nível das *representações cognitivas comuns a determinado grupo*, van Dijk (1998).

0.3.1. Amplificação mediática

Os textos publicados na imprensa, abstraindo das diferenças intragenéricas, *amplificam* os discursos políticos. Tal *amplificação* mediática recobre funções aparentemente díspares como a de mera divulgação de pontos de vista antes expressos mas igualmente a integração de tais discursos prévios em argumentação própria que, no limite, pode ser contra-argumentação dos anteriores.

Este o plano que uma reflexão já, de algum modo, informada permite traçar. Compulsar efectivamente os usos de língua faz aceder a outro nível de compreensão.

1. Inscrições linguísticas de *dialogismo*

Proponho salientar as marcas do conceito de *dialogismo* em tais textos. Tal princípio constitutivo da língua – integrador da alteridade na codificação linguística –, e, por extensão do seu uso, teve formulação inicial em Bakhtine. As seguintes citações são reproduzidas de Brès (2002):

«Se constituant dans l'atmosphère du déjà-dit, le discours est déterminé en même temps par la réplique non encore dite, mais sollicitée et déjà prévue» (Bakhtine 1934/1978, p. 103).

«L'expression d'un énoncé est toujours, à des degrés divers, une réponse, autrement dit: elle manifeste non seulement son propre rapport à l'objet de l'énoncé, mais aussi le rapport du locuteur aux énoncés d'autrui. Les formes de réactions-réponses qui remplissent un énoncé sont extraordinairement variées et jusqu'à présent, elles n'ont jamais été étudiées» (Bakhtine, 1979/1984 : 299).

«on ne peut faire accéder [une phrase] à une existence d'énoncé sans que se trouve mis en oeuvre un espace collatéral. Un énoncé a toujours des marges peuplées d'autres énoncés» (Foucault 1969 :128).

(le *champ énonciatif* est analysé comme constitué du co-texte et de) «l'ensemble des formulations auxquelles l'énoncé se réfère (implicitement ou non) soit pour les répéter, soit pour les modifier ou les adapter, soit pour s'y opposer, soit pour en parler à son tour; il n'y a pas d'énoncé qui d'une manière ou d'une autre n'en réactualise d'autres» (ibid., p. 130).

Neste recente artigo, o Professor Jacques Brès propõe um esquema das marcas menos recursivamente exploradas de *dialogismo*. Porque sobejamente descrita, exclui a *reprodução do discurso*², que contemplo também como último item da minha análise.

Estando em causa as sucessivas camadas enunciativas são fenómenos relevantes os aí elencados:

«De quelques marqueurs du dialogisme

1. *Négation*
2. *Interrogation*
3. *Conditionnel*
4. *Concession*
5. *Renchérissement*
6. *Extraction (clivage)*
7. *Comparaison par corrélation*
8. *Subordination*

Complétive

Opposition

Hypothèse

9. *Hétérogénéité masquée*

Apposition

Nominalisation

Présupposition

L'inflexion des voix...»

² Toda a constituição do corpo textual de análise (v. aqui, ponto 0) deixa ver que a *reprodução do discurso no discurso* é central nos propósitos descritivos do meu estudo.

De facto, a análise de notícias e artigos de opinião encontrados na imprensa nacional a propósito do tratado de Nice permite recensear mecanismos linguísticos de inscrição de *dialogismo*, i.e., permite determinar as diferentes camadas enunciativas operantes em enunciados reais, funcional e sociologicamente antes caracterizados³.

1. As decisões sobre a atribuição de fundos estruturais na União Europeia deverão continuar sob um regime de unanimidade, até à definição das próximas perspectivas financeiras para o período 2007-2013. Esta posição, acordada ontem, em Nice, pelos Quinze vai ao encontro dos interesses de Portugal, *empenhado em que tais decisões não passassem a ser tomadas por maioria qualificada.*

DN

Como ocorrerá na quase totalidade dos exemplos, concorrem processos vários para a construção enunciativa plural. A sequência em itálico é um aposto (cf. 9 a). O modo conjuntivo é também importante se bem que derive de uma construção clássica de passagem ao discurso indirecto. A negação é em bibliografia abundante entendida como estrutura sintáctica de um fenómeno de construção enunciativa por via da pressuposição (cf. 9 c). Todos estes factores cumulados, não deixa de ser visível que as decisões *passassem a ser*⁴ *tomadas por maioria qualificada* é uma enunciação anterior e possível (circunstanciadamente, posição defendida por alguns países) ao que a enunciação relatada (cujas marcas estão acima explicitadas) se opõe.

2. Hoje, as potências europeias, enfraquecidas, são ratos que rugem: só querem votos no Conselho. *Amanhã, serão tão suaves?* A pergunta é legítima: na origem do pandemónio, está o nacionalismo. A França, incapaz de se reconciliar com a reunificação alemã, em vez de pedir mais democracia, foge para a frente – julgando-se grande potência. E espicaça o nacionalismo alemão. Voltam os suspeitos do costume.

P

A pergunta em itálico, enquanto acto ilocutório, pode ser uma pergunta retórica⁵. Por essa leitura, ela afirma o conteúdo que está questionado⁶ pela estrutura gramatical e seu preenchimento léxico.

Que o recurso enunciativo não se confunde com a estrutura, ilustra-o o seguinte exemplo que em Brès (2002) caberia na inflexão de vozes (9 d) especificamente, na ironia:

³ Os exemplos seguintes têm o mesmo número dos recursos de construção enunciativa plural listados.

⁴ Aqui está mais um valor pressuposicional, *não o eram antes*.

⁵ Recurso de tratamento extenso na bibliografia francesa, sobretudo em Catherine Kerbrat-Orecchioni e Jean-Michel Adam.

⁶ V. M. Conceição Carapinha Rodrigues para a distinção entre a estrutura gramatical de *questão* e acto ilocutório de *pergunta*.

Cf. 9. *Será que os chefes de Estado apresentam os seus interesses nacionais em nome da Europa?* Claro. Essa é a primeira regra do jogo europeu. *Serão os casos geridos, em parte, pelo chamado Conselho Europeu?* Também em Viena o foram, no Inverno de 1814 para 1815. *Não haverá um fim para a polémica sobre o estatuto das grandes e das pequenas potências?* Em Viena discutiu-se furiosamente se havia um grupo dos “quatro grandes”, dos “cinco grandes” ou mesmo dos “seis grandes”. Aqui, a Alemanha reclama um peso maior por causa da maior população, enquanto a Espanha procura ser reconhecida como um dos “grandes” e todos os pequenos reivindicam a manutenção dos seus comissários em Bruxelas.

P

3. a) Esta modalidade *garantiria* que as decisões por maioria qualificada *teriam* de reunir a maioria simples de países, em conjunto com a maioria da população comunitária. Mas, face às objecções essencialmente da França, os pequenos países aceitaram nos últimos dias retirar este modelo das discussões em favor de uma “reponderação moderada”.

P

b) Os maiores – França, Alemanha, Reino Unido e Itália – *veriam* os seus votos ponderados triplicados, passando de dez para trinta. A Espanha, devido a um anterior compromisso dos Quinze de que seria alvo de um tratamento especial, *teria* igualmente direito ao triplo dos votos, mas com um suplemento de 4 votos, passando assim para um total de 28.

Os países médios *teriam* os seus votos apenas duplicados: Portugal, Bélgica, Holanda e Grécia *passariam* de 5 para 10; a Suécia e Austria, *saltariam* de 4 para 8; a Dinamarca, Finlândia e Irlanda de três para seis. O Luxemburgo, o mais pequeno, *teria* um aumento de apenas 50 por cento, passando de 2 para 3 votos.

Esta tabela de votos *permitiria* a três países grandes...

... Nenhum dos três cenários ontem discutidos conseguiu reunir o consenso, o que promete para hoje uma nova ronda de aceras discussões.

DN

c) O ministro dos Negócios Estrangeiros português já admitira, no início da semana, depois da última reunião dos chefes da diplomacia dos Quinze, que era possível um entendimento em Nice à volta das matérias que passam a ser decididas por maioria qualificada e não por unanimidade e, no que diz respeito às cooperações reforçadas, isto é, à possibilidade de um grupo de Estados-membros poder aprofundar certas políticas comuns de forma autónoma. Jaime Gama reconheceu que as outras questões quentes da cimeira – o número de comissários e a nova ponderação de votos no Conselho Europeu – eram de difícil consenso, mas sublinhou que o processo de alargamento não será bloqueado se alguns problemas-chave da reforma das estruturas de decisão comunitárias ficarem por resolver.

O fracasso de Nice *seria* sempre o pior dos cenários para o futuro da UE, pondo em causa não apenas questões tão importantes como o alargamento mas também a credibilidade da política de defesa comum. E *abalaria* ainda mais o euto, fragili-

zado pelas dúvidas dos mercados quanto à vontade da UE prosseguir as suas políticas de integração.

DN

Como bem alerta Jacques Brès, o condicional depreendido na imprensa tem um funcionamento particular. Tal é visível sobretudo nas notícias já que aí pode ser uma forma incontornável de discurso indirecto. O primeiro exemplo releva do hipotético. O segundo exemplo, principalmente com a sua frase final, remete os conteúdos expressos pelos condicionais para enunciações passadas. No último há um parágrafo completamente independente, contextual e cotextualmente tendemos a fazê-lo depender do parágrafo anterior, lendo-o, portanto, como relato jornalístico das palavras de Jaime Gama mas formalmente não deixa de poder ser verbalização de juízo próprio ao jornalista.

4. O caminho que a Europa leva, com o motor franco-alemão a falhar e sem líderes à altura, com opiniões públicas desconfiadas e uma moeda única que ainda não suscitou entusiasmo, *talvez não permitisse outra saída. Mas a verdade é que*, com tão pequeno passo, nem se sabe bem em que direcção caminhamos.

P

O exemplo ilustra a *concessão* enquanto fenómeno enunciativo (não se confundindo com o recurso gramatical de subordinação homófono).

5. a) Neste método, uma decisão precisaria *não só* de uma maioria de países *mas também* que estes representassem uma maioria de população.

DN

b) 1. Ao aceitar-se o alargamento da União Europeia, para quase o dobro dos países, sem que se tenham definido concretamente, como fase preliminar, as necessárias alterações no sentido do seu aprofundamento – institucional, *mas não só* – expôs-se o projecto europeu a riscos brutais.

DN

2. Mensagem que continua bem actual, como se viu pelo eco que acolheu as polémicas ideias expostas por Joschka Fischer, o hábil ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, em 12 de Maio passado. Ele colocou de facto os problemas que se impõe enfrentar, desafiando os europeus a responder-lhe politicamente, assumindo *não só* a urgência da reforma das instituições e do reforço do “espírito europeu” antes do alargamento, *mas, também*, a necessidade de tal ser feito na lógica de um **federalismo** original.

DN

3. A ideia, disse o dirigente bloquista, *não é* referendar a posição de Portugal na UE, *mas sim* saber se “os portugueses estão de acordo com a forma como está a ser construída a Europa e com as alterações saídas de Nice”.

DN

O recurso de enunciação plural ‘renchérissement’ não deve ser confundido com uma estrutura sintáctica particular. Antes esta pode ser indiciadora daquele (e, assim, *marca*), o que é válido para todo o esquema e foi já aqui documentado em análise. O primeiro exemplo é uma simples estrutura copulativa, remissível à mais simples ‘e’. Relativamente ao exemplo *b)1.* a construção parentética em que figura um adjectivo deslocado e “*mas*” constroem um conteúdo – que permanece implícito – pelo qual mais importante do que o profundamente institucional é, por exemplo, o da ideia de Europa a construir.

É necessária grande atenção aos conteúdos para notar *dialogismo* nos dois exemplos seguintes: a estrutura *não só...mas também/sim* faz prevalecer como enunciação própria ao locutor os conteúdos expressos no último termo do par correlativo. São por um lado, os conteúdos codificados e por outro, marcas de ênfase (o negrito, em *5 b)2.*) e de citação (transcrição das palavras do político em *5 b)3.*) que dilucidam quanto ao *dialogismo*.

6. a) A opinião é unânime: apesar de algumas concessões, *os grandes é que* saíram vencedores.

DN

b) Deste ponto de vista, *que é o do futuro*, o “sucesso” da Cimeira de Nice arrasta uma amarga decepção. O que ela anuncia, sob o desgastado calão político dos “equilíbrios” obtidos, não é senão o espectro cada vez mais próximo da implosão de uma Europa que, sem uma visão profundamente renovada de si própria, não encontrará nunca o kairós que lhe permita mobilizar colectivamente os seus cidadãos e garantir a sua plena afirmação no mundo de amanhã.

DN

As referidas estruturas destacam um particular conteúdo, sobrepondo a sua importância a outros passíveis de serem enunciados.

7. Seja qual for o resultado final desta cimeira, ele vai resultar muito *mais* do jogo de soma zero dos egoísmos nacionais *do que* do “espírito europeu” que os líderes tanto gostam de evocar.

P

A comparação por correlação aqui exemplificada (recurso de *dialogismo* de que Brès reclama a descoberta) procede à mesma extracção e valorização do recurso anterior.

8. O princípio de «dupla maioria» nas decisões do CM [Conselho de Ministros] contrabalança o poder dos países mais populosos, ou seja, *ainda que* uma decisão seja aprovada por maioria qualificada e já não por unanimidade, é necessário o acordo de 14 dos 27 estados (metade mais um) para que seja viabilizada.

E

Tal estrutura subordinada de oposição faz sobrevir a uma enunciação evocada a própria.

O articulado é dito diplomático, o que fica plasmado, designadamente, nos *verbos introdutores de discurso*:

V. A EUROPA DOS CIDADÃOS

G. Espaço de liberdade, de segurança e de justiça

Luta contra o branqueamento de capitais

Asilo e imigração

50. O Conselho Europeu *regista* que houve progressos em todos os aspectos da política definida em Tampere: parceria com os países de origem, integração dos nacionais de países terceiros e controlo dos fluxos migratórios. *Pede* que as últimas dificuldades surgidas relativamente aos textos que se destinam a combater o tráfico de seres humanos e a imigração clandestina se resolvam o mais rapidamente possível em conformidade com o convite expresso feito em Santa Maria da Feira. O Conselho Europeu *regista* igualmente a transmissão de duas comunicações da Comissão sobre política de imigração e o processo comum de asilo e convida o Conselho a que comece rapidamente a reflectir sobre estes temas.

Como na generalidade das resoluções que compõem o texto do articulado, há o verbo enunciativo neutro *registar*. Em termos accionais, o referido verbo cinge-se ao acto locutivo. Há, contudo, um exemplo de permeio que explicita pelo verbo o acto directivo levado a cabo, i.e., há o recurso ao verbo como *illocutionary indicator*.

Reitero, no entanto, que tal mecanismo é invulgar. Bastante mais interessante do ponto de vista dos *IFIDS* (*illocutionary force indicating devices*) é o seu uso “enganoso”, contextualmente explicável por evidentes motivações de cortesia. Rastreiam-se tais usos na intervenção política – referencialmente, no discurso político – que não em deliberações resultantes da negociação – por definição referencial – os textos da cimeira. O exemplo é o seguinte:

«O Parlamento *convida* resolutamente V. Ex.as a consagrarem no nosso regime jurídico comum os valores fundamentais em que assenta a União.»

Discurso proferido por Nicole FONTAINE, Presidente do Parlamento Europeu, na abertura do Conselho Europeu dos Chefes de Estado e de Governo da União Europeia, Nice, 7 de Dezembro de 2000

A haver coincidência entre dimensão conceptual do verbo e valor accional do enunciado em que ocorre, este configurar-se-ia um acto directivo de convite. É flagrante pela consideração dos poderes em causa – dimensão contextual – e por marcas cotextuais que o que está em causa é uma tentativa de coacção. É bom lembrar que a União Europeia é uma estrutura bicéfala em que o poder eleito por represen-

tatividade directa é o Parlamento Europeu a par do Conselho Europeu, entidade onde têm assento os diferentes chefes de Estado e de Governo, são, adicionalmente, estes que designam a Comissão.

Ainda que regida protocolarmente, a alocução da Presidente do Parlamento Europeu constitui-se em interacção com o seu alvo, logo, tal alocução comporta evidentes marcas de *dialogismo*⁷.

Um particular ponto de interesse reside em constatar como relata o jornalista uma tal interacção discursiva. Liminarmente, remete-a ao valor accional que esta teve, como o atesta o último exemplo:

«Para a França, Alemanha e Portugal, por exemplo, que desejavam ver a Carta com força jurídica incorporada nos tratados europeus, o processo não está terminado. Como disse, ontem, o primeiro-ministro francês, Lionel Jospin, Nice trata-se “da primeira fase”, com a certeza de “que haverá outras”. Nicole Fontaine, por seu lado, frisou que o documento já é um “texto de referência” e pressionou os vários Estados-membros a atribuir à Carta a “força jurídica que condiciona a sua credibilidade e eficácia”.»

Carta de Direitos foi apenas proclamada, DN, 8 de Dezembro de 2000

Pelos anteriores usos de língua documentados na política e no jornalismo penso ser possível dizer que os textos/discursos em apreço têm alcances sociais diferentes, o que fica visível nas marcas linguísticas apontadas.

Bibliografia

ALSTON, William P.

1994 – “Illocutionary acts and linguistic meaning”, in TSOHATZIDIS, Savas, *Foundations of Speech Act Theory*, London, Routledge.

AUSTIN, J.L.

(1962), 1976 – *How to Do Things with Words*, Oxford, Oxford U.P.

BAKHTINE, Mikhail

1977 – *Le Marxisme et la Philosophie du Langage*, Paris, Les Éditions de Minuit.

BRÈS, Jacques

1998 – *L'autre en discours*, Montpellier III, Praxiling (ed.).

2002 – “Analyse du discours et dialogisme”, in *Diacrítica*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.

DIJK, Teun A. Van

(1977)1988 – *Texto y Contexto: Semántica y Pragmática del Discurso*, Madrid, Cátedra.

1981 – *Studies in the Pragmatics of Discourse*, The Hague, Mouton.

1988 – *News Analysis: Case Studies of International and National News in the Press*, Hillsdale, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.

1988 – *News as Discourse*, Hillsdale, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.

⁷ Um estudo mais detalhadamente organizado do discurso em referência aguarda publicação.

- 1998 – *Ideology: a multidisciplinary approach*, Londres, Sage.
- DUCROT, Oswald
 1984 – “Enunciação”, in *Linguagem/Enunciação*, Enciclopédia Einaudi, Lisboa, INCM.
- FAIRCLOUGH, Norman
 (1989) 1922 – *Language and Power*, London and New York, Longman.
- FONSECA, Joaquim
 1992 – *Linguística e Texto/Discurso. Teoria, Descrição, Explicação*, Lisboa, ICALP/Ministério Da Educação.
- FOWLER, Roger
 1991 – *Language in the News*, London and New York, Routledge.
- GARAVELLI, Bice Mortara
 1985 – *La Parola d'altri*, Palermo, Sellerio Ed.
- LEONARDI, Paolo, SBISA, Marina
 1984 – “Speech Acts after Speech Act Theory”, in *Journal of Pragmatics*, Vol.8, Nº1.
- MAINGUENEAU, Dominique
 1987 – *Nouvelles Tendances en Analyse du Discours*, Paris, Hachette.
 1991 – *L'Analyse du Discours, Introduction aux Lectures de l'Archive*, Paris, Hachette.
 1991b – *L'Énonciation en Linguistique Française*, Paris, Hachette.
- REYES, Graciela
 1982 – “El Estilo Indirecto en el Texto Periodístico”, in *Lingüística Española Actual*, Instituto de Cooperación Ibero-Americano, Madrid, IV/I.
 1984 – *Polifonía Textual: La Citación en el Relato Literario*, Madrid, Ed. Gredos.
 1993 – *Los Procedimientos de Cita: Estilo Directo y Estilo Indirecto*, Madrid, Arco Libros.
- SEARLE, J. R.
 (1969), 1972 – *Les Actes de Langage: Essais de Philosophie du Langage*, Paris, Hermann.
 1979 – *Expression and Meaning*, Cambridge, C. U. P.
- SILLINCE, J.A.A.
 1995 – “Shifts in Focus and Scope during Argumentation”, in *Journal of Pragmatics*, Vol.24, Nº4.
- WAUGH, Linda R.
 1995 – “Reported Speech in Journalistic Discourse: The Relation of Function and Text” in *Text*, Vol. 15-1, Pp. 129-173.